

MAREN GUIMARÃES TABORDA

Prefácio

José Reinaldo Lima Lopes

O PROCESSO ADMINISTRATIVO COMO MANIFESTAÇÃO SENSÍVEL DA FUNÇÃO

LIÇÕES DA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL
DO BRASIL

Área específica da obra

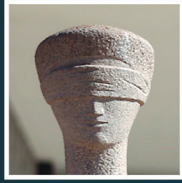
Direito Constitucional

Áreas afins do livro

Direito Público, História, Filosofia, Sociologia.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10003388



O PROCESSO ADMINISTRATIVO COMO MANIFESTAÇÃO SENSÍVEL DA FUNÇÃO

*Lições da
história constitucional do Brasil*

MAREN GUIMARÃES TABORDA

Prefácio
José Reinaldo Lima Lopes

30
anos

FORUM

“Trata-se de um estudo do processo administrativo entrincheirado entre a justiça, a política, o governo e a jurisdição. O texto revela com riqueza de detalhes e levantamento historiográfico, o longo e árduo processo de mudança de uma primeira perspectiva, aquela da justiça como regalia maior dos reis, para aquela mais próxima a nós, do governo e da administração (...). O longo e erudito trabalho de Maren Guimarães Taborda contribui enormemente para essa consciência. De um lado, narra-nos a longa história do estabelecimento da jurisdição administrativa dentro do percurso constitucional. De outro lado, e por isso mesmo, revela a dimensão política e pública desse processo, liberando-o do contexto limitado de um campo jurídico para inseri-lo no campo maior do pensamento e da cultura de um tempo. Aprendamos com ela.”

T114p	Taborda, Maren Guimarães
O processo administrativo como manifestação sensível da função: lições da história constitucional do Brasil / Maren Guimarães Taborda. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 292 p. ; 14,5cm x 21,5cm.	
Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-437-2	
1. Direito Constitucional. 2. Direito Público. 3. História. 4. Filosofia. 5. Sociologia. I. Título.	
2022-2103	CDD 342 CDU 342

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TABORDA, Maren Guimarães. *O processo administrativo como manifestação sensível da função: lições da história constitucional do Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 292 p. ISBN 978-65-5518-437-2.

Maren Guimarães Taborda

Doutora e Mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Gestão Tributária pela UCLM – *Universidad Castilla La Mancha*. Professora de História do Direito e de Direito Constitucional, por 25 anos, em várias IES do Rio Grande do Sul (UNISINOS, PUCRS e FMP-RS). Coordenadora do Grupo de Trabalho para a redação da Lei Complementar 790/2016 (Lei de Processo Administrativo do Município de Porto Alegre). Professora de Direito Constitucional na Escola Superior de Direito Municipal. Coordenadora-Geral do Centro de Investigações de Cultura Constitucional e advogada em Porto Alegre.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

José Reinaldo Lima Lopes	13
--------------------------------	----

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

PARTE 1

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ANTIGO REGIME LUSITANO ÀS REVOLUÇÕES LIBERAIS.....	31
---	----

CAPÍTULO 1

GOVERNAR (ADMINISTRAR) É JULGAR: O ESTADO JURISDICIONAL DO IMPÉRIO PORTUGUÊS.....	33
---	----

1.1 Fundamento e legitimidade do poder real.....	34
1.1.1 O direito no Reino de Portugal	34
1.1.2 Todo o poder deriva das armas e das leis	43
1.2 A organização da jurisdição no Brasil: dos primórdios ao iluminismo português (Séc. XVI – XVIII).....	44
1.2.1 A justiça do rei	45
1.2.2 A justiça dos donatários e dos governadores-gerais no Brasil	49
1.2.3 Mudanças estruturais no curso do século XVII e a organização da burocracia para a exploração das Minas	54
1.2.4 Racionalização da justiça no período Pombalino.....	61
1.2.4.1 O humanismo jurídico	63
1.2.4.2 O jusracionalismo e a tese do <i>Contrato Social</i>	65
1.2.4.3 A modernização do Estado	73

CAPÍTULO 2

REVOLUÇÃO LIBERAL, ESTADO DE DIREITO E JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA: FIXAÇÃO DAS BASES CONCEITUAIS E IDEOLÓGICAS DO PROCESSO (PROCEDIMENTO) ADMINISTRATIVO	79
---	----

2.1 Os novos ventos da Revolução Francesa	80
2.1.1 Organização do poder no período revolucionário.....	81
2.1.2 A Restauração monárquica francesa e a <i>Acta Federal de Viena</i> (1815).....	84
2.2 Organização da jurisdição administrativa na França.....	88
2.2.1 O conselho de Estado.....	89
2.2.2 Fundamentos constitucionais da atuação do Conselho de Estado	91
2.3 A revolução norte-americana e a República Federal	96
2.3.1 A tese de Montesquieu e os fundamentos da revolução norte-americana	97
2.3.2 Federação, República e <i>judicial review of legislation</i>	101

CAPÍTULO 3

ESTADO DE DIREITO E MODELOS DE CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO	107
--	-----

3.1 A teoria do “Estado de Direito”	108
3.2 Os elementos da teoria jurídica do Estado de Direito	112
3.2.1 O Estado como “pessoa jurídica”.....	112
3.2.2 A noção de “competência funcional”	117
3.2.3 Legalidade administrativa	120
3.2.4 Controle jurisdicional da atividade da Administração.....	123

CAPÍTULO 4

O CONSELHO DE ESTADO NO IMPÉRIO BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-FISCAL.....	131
---	-----

4.1 A Constituição do Império do Brasil e o papel do Conselho de Estado na construção da ordem nacional.....	132
4.1.1 A Constituição do Império do Brasil.....	132
4.1.2 Atuação do Conselho de Estado na política imperial	135
4.2 A fixação dos primeiros princípios de processo (procedimento) administrativo na jurisprudência do contencioso fiscal.....	141
4.2.1 A seção da Fazenda.....	143
4.2.2 As regras do processo administrativo.....	144

PARTE 2

DO ATO AO PROCESSO: O CAMINHO PERCORRIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA EM DIREÇÃO À SUA DEMOCRATIZAÇÃO E MORALIZAÇÃO	149
--	-----

CAPÍTULO 5

ADMINISTRAÇÃO E JURISDIÇÃO NA REPÚBLICA DE 1891 A 1988	153
5.1 Organização da jurisdição na 1ª República	153
5.1.1 O sistema de jurisdição única	156
5.1.2 Controle jurisdicional da Administração como verificação indireta de constitucionalidade	159
5.2 Racionalização e burocratização da administração pública brasileira no século XX	166
5.2.1 Burocracia como racionalização da autoridade	166
5.2.2 O segundo ciclo de modernização da Administração e a fixação das regras de procedimento administrativo no âmbito fiscal	173
5.2.2.1 O ambiente institucional até 1988	173
5.2.2.2 Reforma administrativa, código tributário e processo fiscal	179
5.2.2.3 Discussão sobre o conceito de ato administrativo na literatura jurídica	186

CAPÍTULO 6

CONEXÃO FUNCIONAL ENTRE PUBLICIDADE, PARTICIPAÇÃO E PROCESSO ADMINISTRATIVO: OS DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA	199
6.1 O aprofundamento do ideal democrático pela participação política	201
6.1.1 A tese da democracia procedimental	203
6.1.2 A esfera pública, a opinião pública e as mídias sociais	207
6.2 Processo administrativo e democracia	210
6.2.1 A constitucionalização da Administração Pública	212
6.2.2 O princípio da publicidade	215

CAPÍTULO 7

A RELAÇÃO PROCESSUAL ADMINISTRATIVA, PROCEDIMENTO, ATO	223
7.1 O <i>status activus processualis</i>	224
7.2 O “estado da arte”: discussão sobre os fenômenos procedimentais	228
7.3 Processo administrativo como garantia e concretização dos Direitos Fundamentais	234
7.3.1 O preceito do contraditório e os fundamentos da Lei de Processo Administrativo brasileira	235
7.3.2 Publicidade e participação no processo administrativo	249

EPÍLOGO

EM QUAIS CONDIÇÕES É POSSÍVEL A COMPATIBILIDADE ENTRE ÉTICA E POLÍTICA?	257
---	-----

REFERÊNCIAS	271
-------------------	-----